

O CENTRO CULTURAL DA JUVENTUDE E SUAS PRÁTICAS DE GESTÃO: A PREOCUPAÇÃO COM O ACESSO E OS DIREITOS CULTURAIS

Carina Kotani Shimizu¹

RESUMO

Este trabalho buscará explorar diretrizes e práticas de um equipamento cultural da zona norte da cidade de São Paulo, o Centro Cultural da Juventude, no que diz respeito à preocupação com o acesso do público ao mesmo e garantia de direitos culturais em um contexto de exclusão. Por meio de informações obtidas por fontes secundárias e conversas com os responsáveis pela direção, programação e projetos, ação educativa e comunicação, serão discutidas questões ligadas à gestão e orçamento participativos, diversidade cultural, parcerias institucionais, programação, adequação de espaços, comunicação.

Palavras-chave: Acesso à cultura. Direito cultural. Equipamento cultural. Centro Cultural da Juventude. Práticas de gestão.

ABSTRACT

This work will explore guidelines and practices of a cultural equipment in the north of São Paulo, the Centro Cultural da Juventude, regarding the concern with the access to it and the guarantee of cultural rights in a context of exclusion. Through information obtained from secondary sources and conversations with those responsible for management, programming and projects, education and communication, issues related to participatory management and budgeting, cultural diversity, institutional partnerships, programming, space adaptation and communication will be discussed.

Keywords: Access to culture. Cultural rights. Cultural equipment. Centro Cultural da Juventude. Management practices.

¹ Graduada em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, atualmente trabalha na JLeiva Cultura e Esporte. E-mail: carina.shimizu@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Ao falar de acesso à cultura, muitas questões podem ser discutidas por diferentes pontos de vista. Pode-se dizer que o debate acerca da democratização da cultura, ou democratização do acesso à cultura, teve início com as políticas de gratuidade que tinham como objetivo tornar obras de arte acessíveis a um maior número de pessoas, programa forte na França das décadas de 1950 e 1960. No âmbito desse paradigma, prevalece uma concepção de cultura universal que, por ser considerada única e superior, deveria ser levada ao conhecimento e apreciação dos demais. Estes, a partir do simples e puro contato com a obra, passariam a compreendê-la, perceberiam sua relevância e incluiriam tal obra e todas as práticas que a circundam em seu rol de interesses.

Após um tempo percebeu-se, no entanto, que somente eliminar barreiras físicas e econômicas não seria suficiente para que essas obras se tornassem acessíveis a novos segmentos sociais, uma vez que muitas dessas pessoas não haviam sido inseridas no consumo e apreciação de tais obras, mesmo após certo tempo; o que aconteceu foi que as mesmas pessoas, que já tinham o hábito de frequentar esses espaços, passaram a ser beneficiadas pela gratuidade (COULANGEON, 2014).

Isso porque, ao se pensar que seriam esses os fatores decisivos para a diminuição das desigualdades culturais e ao não aliar tal estratégia com demais ações estimuladoras, educativas, mediadoras, pressupõe-se que o interesse e o desejo pela cultura se darão de forma imediata, naturalmente. Conforme explicitado por Isaura Botelho (2011, p. 9), essa visão ignorava as “barreiras simbólicas presentes na recepção a obras e programas culturais e, ao não analisar os mecanismos de transmissão do ‘desejo por cultura’, que nada têm de natural”, acabaram por não alcançar o principal objetivo de superação das desigualdades de acesso e incorporação de outros setores sociais ao universo das práticas culturais eruditas.

Hoje, percebe-se uma mudança de paradigma para se refletir sobre acesso: de instituições voltadas somente para si a instituições voltadas também para os públicos que a frequentam. Como diz Vera L. Zolberg (2015, p.256), “antes um bem privado ou uma questão de gosto pessoal, a capacidade cultural passou a ser considerada um direito de cidadania”, sendo importante que a preocupação das instituições culturais possam ir além dos “altamente educados”; cabe, portanto, discutir qual a abertura das mesmas para “indivíduos que não têm facilidade em lidar com o que Pierre Bordieu chamou de capital cultural de arte legítima” (ZOLBERG, 2015, p. 261).

Nesse sentido, este trabalho buscará explorar as diretrizes e práticas do Centro Cultural da Juventude no que tange formas de relacionamento

e aproximação com o público por meio de, dentre outros pontos, gestão e orçamento participativos, visibilidade e diversidade cultural, adequação do espaço, infraestrutura, comunicação etc.

O Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso, conhecido como CCJ, é um equipamento cultural da cidade de São Paulo referência para os interesses de cultura e juventude. Localizado na Zona Norte, próximo ao terminal de ônibus Vila Nova Cachoeirinha, é gerido por uma administração direta, como Departamento da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo.

O equipamento está localizado em uma região periférica da cidade, com poucas opções públicas na área cultural. Ao considerar as salas de cinema, teatros, museus e bibliotecas da capital paulista, conforme dados de 2014 da Secretaria Municipal de Cultura, percebe-se que a Zona Norte possui a menor porcentagem de equipamentos culturais, atingindo somente 7% (VELASCO, C; REIS, T., 2014). Além disso, dentre sete instâncias de equipamentos consideradas na plataforma Nossa São Paulo – cinemas; teatros; museus; salas de show e concertos; centros culturais, espaços e casas de cultura; equipamentos culturais públicos; pontos de cultura –, a Subprefeitura de Casa Verde/Vila Nova Cachoeirinha figura com o pior índice (Nível 5 – baixo/pior) em seis das sete categorias, aparecendo em um melhor nível quando comparada a outras subprefeituras da cidade somente em relação aos equipamentos culturais públicos (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2016).

O Centro Cultural possui como principal especificidade o seu público, jovens entre 18 e 29 anos. O equipamento propõe a transversalidade de diferentes temáticas relacionadas à:

vivência da condição juvenil por meio da cultura, buscando o empoderamento e protagonismo da juventude a partir de uma programação cultural diversificada, tendo o jovem não somente como espectador, mas como sujeito promotor, organizador e realizador dos Programas e Projetos realizados tanto no espaço como difundidos pela cidade (CENTRO CULTURAL DA JUVENTUDE, 2016).

A partir dessa breve contextualização, serão citadas a seguir práticas da gestão desse equipamento, levando-se em conta a questão do acesso do público ao mesmo. Tais práticas foram agrupadas em alguns blocos temáticos considerados de relevância para se pensar um equipamento cultural e sua gestão e atuação. As informações foram obtidas por fontes secundárias (websites, redes sociais, grades de programação) e, também, advindas de conversas com os responsáveis pela direção, programação e projetos, ação educativa e comunicação.

PROCESSOS DE ESCUTA E PARTICIPATIVOS

Segundo um estudo feito por M. E. C. Pedrosa (2009), o relacionamento e a abertura para o diálogo com frequentadores e com os movimentos sociais e culturais da região foi considerado ponto de atenção desde o processo de criação do Centro Cultural da Juventude, em que se identificaram as lideranças locais e os movimentos sociais da região, para posterior conversa sobre as demandas para com o espaço que surgiria.

Um processo similar foi realizado no início da gestão de 2013, quando foi organizado um fórum com alguns retornos sobre a percepção da comunidade. Percebeu-se que a grande maioria das pessoas não possuía um sentimento de pertencimento para com o espaço; o CCJ, embora fosse historicamente conhecido pela realização de grandes shows e por atrair públicos consideráveis para suas apresentações musicais (pessoas que vinham ao equipamento uma primeira e única vez e que não eram da região), contava com baixa adesão dos bairros próximos às atividades e serviços oferecidos durante a semana. O público percebia o espaço ligado à cena do hip hop e das danças de rua.

Para dar resposta a essas demandas, a equipe estabeleceu como diretriz manter processos de escuta e participativos em busca de captar demandas e entender o papel que o equipamento deveria cumprir em busca da garantia dos direitos das pessoas do entorno, somado ao desafio de, sendo um centro cultural com tal enfoque, potencializar o CCJ como um espaço de referência para as políticas de juventude na cidade.

Assim, foram estabelecidos os fóruns *participativos semestrais, de diálogo com a população, e os fóruns internos, com todos os funcionários do equipamento. Isso permitiu que a gestão soubesse, por exemplo, do reconhecimento do CCJ como um foco de dança de rua e, assim, justificasse a devida importância de oferecer uma melhor infraestrutura para esses grupos, culminando na disponibilização de um espaço isolado, com a colocação de uma parede.*

De forma complementar aos fóruns realizados, um dos diferenciais da gestão do Centro Cultural da Juventude é o orçamento participativo e seus editais, que nasceram da intenção de estimular o exercício de cidadania e da participação, indo além dos debates para definir questões de orçamento junto à comunidade. Nesse sentido, a intenção dos editais é proporcionar mobilização e apropriação, mais do que selecionar projetos segundo o quesito artístico, daí a seleção ser por plenária e por votação direta e aberta a quaisquer pessoas, desde que com mais de 15 anos.

A primeira experiência de edital para orçamento participativo, lançada em 2014, contou com a inscrição de aproximadamente 30 projetos para seleção de cinco deles nas categorias artes cênicas, visuais, música,

cidadania cultural etc., que aconteceriam do final de 2014 ao início de 2015. A segunda, que aconteceu em setembro de 2015, teve um número de inscrição muito maior em relação ao anterior, contando com aproximadamente 300 delas, plenária com cerca de 600 pessoas e orçamento de R\$ 129 mil para os 16 projetos contemplados em artes cênicas, artes visuais, cidadania cultural, dança e música.

A questão da participação também é percebida na votação de um Conselho Gestor (composto por representantes do poder público e da sociedade civil). A atuação social em processos participativos proporciona movimentos e mecanismos que podem estabelecer políticas públicas que caminhem para além de políticas de governo, sendo mais fácil garantir a continuidade de programas de gestões passadas que tenham sido positivos para a comunidade, uma vez que o grupo/conselho ultrapassa o período de determinado governo.

A participação de alguns membros da gestão do CCJ no Conselho Participativo da subprefeitura da Casa Verde/Cachoeirinha também se mostra como uma busca de diálogo com a sociedade civil, uma vez que tal mecanismo, instituído a partir de 2013 na cidade de São Paulo, trata de fiscalizar demandas, dialogar e construir políticas públicas junto ao governo. Nesse sentido, além da abertura para a escuta, o CCJ decidiu por definir parte do seu orçamento de programação junto ao Conselho Participativo, sendo o valor disponibilizado em 2016 algo em torno de R\$ 60 e R\$ 70 mil.

O processo participativo também se dá de maneiras não institucionalizadas; um exemplo é a participação dos jovens do Programa Jovem Monitor Cultural² na definição da programação do equipamento. Por muitos deles serem moradores da região e vivenciarem o território, possuem grande potencial de compreensão do espaço e do público.

Um exemplo que ilustra esse processo mais orgânico foi a programação do espaço na época dos *rolezinhos* nos shoppings de São Paulo. Ainda que o CCJ estivesse propondo uma programação articulada com uma associação ligada aos MC's e à cultura funk, a mesma era insuficiente para atrair aquele público, que preferia marcar seus encontros de maneira espontânea e independente pelas redes sociais. Foi com a indicação de uma atração por um jovem monitor, que soube do grande interesse de muitos jovens da região por Fezinho Pataty, que o CCJ contratou quatro apresentações

2 Foi a primeira instituição da Prefeitura de São Paulo a executar o Programa Jovem Monitor Cultural, em 2006, o qual tem como objetivo estimular a inserção socioeconômica de jovens ao oferecer atividades práticas, de formação teórica e caráter formativo na área da cultura. Desde 2013, o CCJ responde pela Gestão Compartilhada do Programa e coordena sua expansão.

do dançarino: foram cem jovens na primeira apresentação e cerca de mil na última delas. Nesse caso, a divulgação foi feita pelo chamado boca a boca dos jovens monitores com os demais (a equipe do espaço optou por não divulgar as primeiras apresentações em seu programa oficial) e a produção do evento contou com a participação de jovens de 14 a 16 anos nas reuniões. Cabe citar que, segundo dados da pesquisa de Hábitos Culturais dos Paulistas realizada pela JLeiva Cultura e Esporte (CULTURA EM SP, 2015), a falta de interesse aparece como principal razão para os moradores da cidade de São Paulo não irem ou nunca terem ido a museus e exposições (motivo aparece em 38% das menções), cinemas (37%) e teatros (38%), sendo que as razões apontadas em seguida – por questões econômicas no caso do cinema e teatro e por falta de tempo no caso dos museus e exposições - aparecem em percentuais de 17, 20 e 14%, consecutivamente³; daí a potência de se ouvir, de fato, o que atrai as pessoas.

Além disso, diante da Lei de Acesso à Informação e, segundo a direção, com a diretriz de buscar maior transparência nos processos e pensar em como o diálogo com a comunidade também poderia acontecer no âmbito orçamentário, o CCJ criou um portal próprio de transparência, no qual, mês a mês, podem ser vistos os gastos não somente com a programação de atividades culturais e contratações artísticas, mas quanto foi gasto, por exemplo, com segurança, atividades operacionais, manutenção, compra de equipamentos e serviços.

PARCERIAS INSTITUCIONAIS

A interlocução do CCJ com outros agentes e instituições também foi apontada como uma diretriz estratégica da gestão do espaço, necessária para fortalecer uma atuação em conjunto – com educadores, coletivos e grupos de cultura etc. – em busca de conquistas comuns, tais como inclusão e promoção de cidadania. Isso porque, mesmo entendendo que um espaço cultural público não consegue atender a todas as demandas da comunidade, principalmente em um contexto de negação de direitos e de grandes desigualdades, ainda assim cabe a ele perceber-se inserido em determinado contexto social e, também, entender seu dever de articulação com outras esferas. Como defende Annamari Laaksonen (2011, p.49), o acesso aos serviços e expressões culturais é a fundamentação das políticas culturais: os direitos culturais, o direito de participação cultural e o acesso à cultura são “condição imprescindível para a participação das pessoas na sociedade como membros com plenos direitos e responsabilidades”.

³ A resposta foi espontânea e múltipla, ou seja, os entrevistados podiam alegar mais de uma razão para nunca ter ido ou não ter ido no último ano a cada atividade, o que faz com que a soma dos resultados supere os 100%.

Um exemplo citado pela direção do CCJ foi a disponibilização de seus espaços para que a subprefeitura conseguisse agendar audiências públicas sobre coleta seletiva ou moradia, não se restringindo ou fechando a programação apenas a atividades diretamente relacionadas à cultura.

Além disso, a abertura e o diálogo com pontos de cultura popular dos bairros arredores como o Jardim Guarani (trazendo atividades culturais de artistas desses locais e oferecendo programações de cultura popular) tiveram como intuito fortalecer relações, bem como romper com ideias fechadas do que é uma programação artístico-cultural e do que faz (e do que não faz) parte de um ambiente cultural institucionalizado.

Aqui cabe a reflexão de Teixeira Coelho (2011) sobre os direitos culturais: uma vez entendendo que estes, formulados como uma validação e ampliação dos próprios direitos humanos, dizem respeito ao direito de todos à participação na vida cultural. Mais que isso, o direito de participar da vida cultural implica o “direito de não participar da vida cultural, de recusar-se a ela e de participar, se for o caso, de outra vida cultural, de uma vida cultural que não faça parte dessa vida cultural que pretende impor uma restrição ao direito individual” (COELHO, 2011, p. 9). É nesse sentido que, se o papel do Estado é “preservar a vida cultural que existe, não criar uma, produzir uma” e que o “Estado contemporâneo não produz cultura, apenas cria as condições para que a cultura aconteça” (COELHO, 2011, p. 8), cabe aos equipamentos culturais públicos, também, estender o espaço a tais grupos e interesses diversos, indo além do erudito e consagrado para contemplar todas outras vidas culturais possíveis.

Relacionado à educação formal, o CCJ atua nas escolas municipais próximas por meio de parcerias tanto com a Secretaria Municipal de Educação como com os coletivos da região e a Secretaria de Assistência Social. A partir de diálogo com a Diretoria Regional de Ensino, o CCJ proporciona saraus nas escolas e aborda principalmente as temáticas propostas e ligadas ao programa Juventude Viva⁴, o qual visa combater o genocídio da população negra e periférica. Esses momentos também são aproveitados para divulgar o CCJ nas escolas, informar sobre as atividades e serviços oferecidos e reforçar a gratuidade de toda programação e infraestrutura.

Essa parceria tem se mostrado forte não somente na própria experiência do sarau na escola, mas também na importância do ambiente como um influenciador potencial para a formação do gosto e do interesse por

4 O Plano Juventude Viva é uma iniciativa do Governo Federal, coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Reúne ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens entre 15 e 29 anos.

atividades culturais. É sabido que as heranças culturais de um indivíduo vêm da socialização por meio de uma série de instituições e experiências, sendo a escola uma delas. O ensino formal é potente no processo de aprendizado, assimilação e familiaridade com aspectos artístico-culturais por ser obrigatório e por acompanhar a trajetória de um mesmo público por um longo período de tempo, havendo, portanto, a “oportunidade mais sistemática de socialização precoce dos indivíduos no que se refere à arte e à cultura”, com a possibilidade de que essa experiência seja compensatória em relação às desigualdades decorrentes de um ambiente familiar ou espaços de socialização pouco habituados a essas práticas (BOTELHO, 2010, p. 15).

AMBIENTE, ESTRUTURA E SERVIÇOS

Além dos processos de diálogo com os públicos, os colaboradores, outras instituições e parceiros locais, o oferecimento facilitado dos serviços e atividades, bem como o bom atendimento, são importantes para atrair e cativar pessoas para o espaço.

A reformulação da fachada da instituição, que aconteceu no início de 2015 com a retirada de grades que ficavam entre a calçada e o CCJ, teve como intuito aumentar o espaço da calçada e possibilitar uma área de convivência logo na entrada. Essa ação simbolizou, também, um ponto inicial na busca por quebra de barreiras entre o CCJ e a população, trabalho ligado à necessidade de apropriação do espaço público pela comunidade.

O espaço de oito mil m² que conta com biblioteca, anfiteatro, teatro de arena, computadores com acesso à internet, estúdio para gravações musicais, ilhas de edição de vídeo e de áudio, ateliê de artes plásticas, sala de oficinas e galeria para exposições, bem como área de convivência, oferece serviço gratuito de agendamento de muitos desses espaços e de empréstimo de equipamentos para quaisquer pessoas. A possibilidade da utilização dos espaços e equipamentos – seja para ensaios, fins particulares ou para oferecimento de atividades abertas ao público e realização de apresentações – tem como princípio garantir o direito de grupos ensaiarem e realizarem suas apresentações e estimular a prática artística e cultural dos frequentadores do espaço que, para além de representarem o público, são também os próprios produtores, artistas e criadores.

A relação com as artes pode ser aprofundada e fomentada, segundo Botelho⁵ (2013, p.7), com a superação da ideia de que o campo artístico é formado por *gênios* e *talentosos*. Em vez disso, é importante estimular as

5 BOTELHO, I. *Como pensar a formação de públicos*. O texto foi parte da apresentação de Isaura Botelho, durante a mesa “Observações sobre a formação de públicos e seus desafios” no Encontro Internacional Públicos da Cultura, realizado em novembro de 2013.

possibilidades de vivência e participação ativa com as linguagens artísticas, uma vez que “há a necessidade de uma competência em matéria cultural que é diretamente ligada a uma exposição constante aos produtos e atividades culturais de maneira a constituir um saber específico sobre a matéria”. A “relação entre fruição (como público) e fazer (como praticante)” pode refletir diretamente nas formas de consumo e usufruto de um indivíduo; trata-se de ultrapassar a “fruição apenas do entretenimento para uma prática na qual este se desdobra num processo de desenvolvimento pessoal” (BOTELHO, 2013, p. 8).

O centro também conta com um amplo espaço de convivência onde há uma mesa de tênis de mesa e em que, em dois ou três horários da semana, são ligados videogames para que as pessoas possam jogar. Com essas ofertas, a quantidade de jovens que passou a utilizar o local aumentou bastante, inclusive levando a direção a optar por não oferecer o tênis de mesa uma vez por semana, já que percebeu a necessidade do espaço também ser utilizado para outros interesses e por outros grupos.

PROGRAMAÇÃO, ATIVIDADES E LINGUAGENS ARTÍSTICAS

O planejamento mensal da programação é feito considerando-se projetos (com temáticas definidas para cada mês), núcleos (cidadania cultural, música, artes cênicas, multimeios, que podem ou não dialogar com os projetos do mês) e linguagens artísticas (transversais a projetos e núcleos) com orçamento anual de R\$ 1,3 a 1,6 milhões. Atividades preparatórias são pensadas para acontecer ao longo do mês, com diversas linguagens artísticas, núcleos e para públicos diferentes.

Quanto às diretrizes para estabelecer a programação, o CCJ não segue uma grade pré-estabelecida com o que deve ser contemplado a cada mês. O entendimento é que, quando mais fechada, a programação pode não dialogar com o contexto e o momento, como com o próprio Circuito Municipal de Cultura proposto pela secretaria ou com as demandas do público.

Por outro lado, deixar a programação mais aberta leva ao risco de não contemplar toda diversidade que gostariam e, às vezes, tornar uma linguagem mais frequente na grade que outra, pela própria força de determinado movimento e/ou grupo na região, por exemplo. Isso porque, uma vez que a curadoria da programação conta com mecanismos participativos, como os mencionados anteriormente, a gestão percebe a dificuldade de que algumas linguagens, como a música instrumental, sejam naturalmente escolhidas pelo público do centro cultural ou que tenham grande adesão de mesmo. Para enfrentar esse cenário, o CCJ atua de duas principais formas: programação permanente com atividades continuadas e caminhos

alternativos em busca de despertar o interesse para uma futura demanda, como é melhor explicado a seguir.

O CCJ passou a diminuir a frequência da realização de grandes eventos musicais para focar em uma programação permanente do espaço e em atividades continuadas. Um dos exemplos é o caso do teatro, que perceberam ser um dos pontos fracos na programação: estabeleceram uma grade permanente com peças quinzenais articuladas com a realização de uma mostra com grandes nomes das artes cênicas. O objetivo é atrair tanto o público específico de teatro, de forma que ele vá ao CCJ, como pessoas que já frequentam o CCJ e que não estão acostumadas à linguagem teatral.

Em relação às atividades continuadas – de caráter formativo, de fruição e/ou de convivência como as oficinas de dança, dança de salão, zumba, capoeira, caratê, musicalização –, percebeu-se a importância de sua constância e de datas e horários fixos para acontecerem, tornando frequentadores eventuais em público assíduo, presente. De forma complementar, o CCJ percebeu a potência de contratar oficinas/atividades/apresentações de grupos e agentes culturais da região – seja pontualmente, como experimentação, ou para fazerem parte da programação oficial. Percebeu-se que essa era uma maneira de valorizar e incentivar atores e produção local, bem como de trazer novas pessoas – atraídas pela identidade que possuíam com tais grupos – para conhecer e ocupar o CCJ.

Em busca de enfrentar a distância entre os frequentadores do equipamento e determinadas linguagens artísticas menos populares para eles, o CCJ busca caminhos alternativos. Um dos casos a ser mencionado é a realização de uma breve apresentação de música erudita em um momento em que as pessoas teriam outro tipo de atividade, sendo uma programação extra, fora do esperado. Tal situação possibilita um contato, um possível estímulo, ainda que se reconheça que ações como essas devem vir aliadas a outras proposições.

Com a intenção de povoar o local com arte e atividades de variados tipos, o centro cultural acredita que o espaço deva ser convidativo e acessível tanto para o público como para o artista. Sendo assim, outra estratégia é valorizar e dar visibilidade a atividades artísticas espontâneas, que acontecem nos ambientes do próprio CCJ, no calçadão, no bar da rua em que o equipamento está localizado, nos arredores. Na visão da gestão, é preciso que os artistas locais percebam que aquele espaço também pode ser ocupado por eles. Nessa tônica, resolveram contratar um artista de saxofone para tocar em um dos dias de uma festa que aconteceria no CCJ, porém no calçadão (entrada) e sem equipamento de som ou palco, de forma a parecer um artista ocupando a rua de maneira espontânea.

ATIVIDADES EXTERNAS

Foi na gestão mencionada que se deu a experimentação de um projeto, historicamente de grande adesão de moradores da região, que realizava passeios para variados pontos turísticos: o CCJ Visita. O projeto passou a focar as visitas somente para equipamentos culturais da cidade de São Paulo. Percebeu-se, no entanto, que a quantidade de pessoas interessadas em conhecer o Masp e a Casa das Rosas, por exemplo, era bem menor que a procura por passeios a Embu das Artes ou Paranapiacaba. Essa diminuição considerável de público relembrou da importância, segundo os gestores, de não romper com a lógica do lazer e entretenimento, mas fazer uso das diferentes formas de aproximação para buscar ofertas e experiências variadas, principalmente em um contexto de opções escassas.

Na posição de um equipamento cultural público inserido no contexto de uma zona periférica e de exclusão, foi decidido que no ano de 2016, parte do orçamento do Centro Cultural da Juventude – cerca de R\$ 300 mil – seria destinado à realização de ações fora do seu espaço físico, como em casas de cultura, CEUs da região, terminal de ônibus da Vila Nova Cachoeirinha uma vez por mês, atividades no projeto Ruas Abertas da Prefeitura, também com tal frequência. Essa decisão está ligada à ideia do *fazer chegar* em lugares variados, não restringindo a programação do CCJ ao seu espaço físico. Além da atividade em si, esses são momentos importantes de aproximação para falar da programação do CCJ, do espaço, dos serviços de agendamento disponíveis etc.

INFORMAÇÃO, DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Além das informações no site, o espaço conta com uma página no Facebook que é atualizada constantemente com informações sobre a programação e com notícias sobre o centro, a Secretaria Municipal de Cultura e o Programa Jovem Monitor Cultural. O CCJ também possui álbuns de fotos das atividades realizadas.

Cabe mencionar que os dados da Pesquisa de Hábitos Culturais dos Paulistas (CULTURA EM SP, 2015) mostram que a internet e as redes sociais, se consideradas juntas, são a segunda principal fonte de informação sobre lazer e cultura para os moradores de São Paulo, com 40% de menções, sendo, portanto, quase tão importantes quanto a televisão (mencionada como principal fonte, com 46%).

Quanto aos materiais visuais para divulgação, alguns grupos, artistas, palestrantes que iriam se apresentar no CCJ solicitavam a ajuda da área de comunicação para elaboração do *layout*, a qual, no início, fazia nos modelos da instituição. Em um momento, entretanto, os responsáveis

passaram a não interferir na arte que a pessoa propusesse, somente dando orientações gerais como, por exemplo, quanto ao que a régua institucional pedia em termos de logomarcas. Apesar de não haver uma resposta em termos de efetividade – isto é, se essa ação impactou positivamente ou não a impressão dos frequentadores e a participação do público na programação –, reconheceu-se o aspecto simbólico dessa ação, relacionado aos princípios participativos e de valorização de identidades. Ou seja, os artistas locais produzindo seu próprio material de divulgação, uma vez que eles compreendem com quem dialogam e de que forma o visual pode conversar com seu público.

A DIFICULDADE DA MENSURAÇÃO

Por fim, diante do questionamento sobre a existência de dados em relação ao público nas diferentes atividades, foi relatada a escassa existência de mecanismos de identificação de público tanto em termos quantitativos como qualitativos, pois estes dependem de algumas ferramentas e de equipe para captação de informação. Algumas vezes, não se realiza a coleta de informações, outras, coleta-se dados, porém, não é feita a posterior sistematização do que foi reunido de forma processual.

A equipe de atendimento e serviços (agendamento de espaços, postos de atendimento, internet livre) é responsável por fazer levantamento de dados de atividades não regulares; os oficinairos, por sua vez, devem entregar semanalmente a quantidade de pessoas que participaram das atividades; as práticas continuadas não possuem regras pré-estabelecidas, podem ser por inscrição ou não, por exemplo. Em algumas atividades, exige-se o preenchimento de uma ficha de inscrição; em outras, a entrada não exige nenhuma informação; por vezes, são feitas breves questões para as entregas de ingressos, perguntando-se de onde a pessoa veio e seu contato. Reconhece-se, portanto, que falta sistematizar os dados de maneira que eles possam ser utilizados para melhor compreender a dinâmica no CCJ, além dos resultados e efeitos de determinadas ações e estratégias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de São Paulo possui uma grande infraestrutura em termos de equipamentos culturais, bem como uma vida cultural pulsante. Entretanto, a desigualdade de direitos e a exclusão permeiam o cotidiano de muitas pessoas, não somente no âmbito da cultura, mas em relação a esse dia a dia, afetando-o diretamente. A reflexão, portanto, acerca da garantia de direitos culturais e dos alcances e limites de instituições culturais nesse cenário levou ao estudo de caso do Centro Cultural da Juventude,

com objetivo de verificar práticas de gestão e atuação de um equipamento localizado em uma zona periférica da cidade de São Paulo.

O CCJ, como espaço cultural público, ao perceber seu dever, possibilidade e potencial de articulação com outras esferas e instituições ligadas à juventude e ao âmbito cultural, proporciona espaços para as manifestações antropológicas da cultura, para a diversidade cultural (não estando limitado às artes ditas consagradas e eruditas) e para as esferas sociais e políticas. Esse entendimento mostra-se orientador para diversas estratégias tomadas pela gestão: desde a abertura dos espaços do CCJ para discussões sobre temas variados, de interesse da sociedade civil, à definição de programação e orçamento junto a diversos agentes da região (como os casos dos fóruns, editais, conselho participativo) e realização de atividades em outros locais, que não o CCJ (ruas da cidade de São Paulo, escolas, terminal de ônibus, pontos de cultura).

O contexto, o território e o diálogo são, portanto, pontos fundamentais para uma atuação conjunta e fortalecida. É nesse sentido que o modo de construção das estratégias e projetos do CCJ mostra-se democrático e participativo, pois busca uma proposta e uma base de construção que tem a via de mão dupla como premissa para diminuir as barreiras entre as pessoas e equipamentos culturais e suas atividades. Parte-se da ideia de que o distanciamento pode ser amenizado quando a falta de conhecimento e entendimento sobre o outro abre espaço não somente para escuta, mas também para efetivação, em termos práticos, dessas escutas, resultando em novidades e adequações na programação, estrutura física, verbas, orçamento e estratégias de comunicação.

Por meio de ideais simples e caminhos alternativos, que vão desde a retirada de muros até a definição de orçamento em conjunto com conselhos da sociedade civil e/ou com jovens e adolescentes, tem-se como princípio estar atento e preocupado com o público e seus interesses, seu acesso à programação e estrutura. Reforça-se, assim, a relevância de reconhecer diversas identidades e grupos com suas peculiaridades e encontrar maneiras de oferecer espaços e atividades que atendam aos seus direitos culturais, possibilitando conquistas de novos públicos, fidelização de grupos locais de maneira que se sintam pertencentes e, ao mesmo tempo, mais complexidade ao ambiente cultural.

Entretanto, uma vez que o equipamento percebe seu dever de proporcionar diversidade artística e cultural por meio de uma programação resultante de curadorias participativas, escutas efetivas e, até mesmo, percepções, cabe o questionamento, impossível de ser solucionado aqui, de como inserir a curadoria nessa discussão e o questionamento sobre até que ponto é possível atender a essas demandas.

Isso porque, se por um lado no CCJ prevalecem concepções de juventudes que compreendem os jovens como sujeitos de direitos e não como receptores de intenções que não as deles e, por conseguinte, são pensadas práticas de participação e engajamento nos processos decisórios, por outro lado, permanece como um dos grandes desafios, conforme apontados pela gestão, de que as pessoas que ocupam o espaço nas áreas de convivência, biblioteca, internet ou que participam das atividades com as quais já estão familiarizadas também participem de outras programações. Contemplar linguagens artísticas diversas e de menor interesse dos frequentadores e ter a sua adesão, como ao teatro e à música instrumental, é uma dificuldade.

A exposição constante por meio da articulação de atrações/programações principais com atividades preparatórias ao longo do tempo e a inserção de determinadas linguagens pouco conhecidas de formas originais e criativas são desafios nesse sentido, como os casos dos artistas ocupando o espaço do CCJ e as apresentações *surpresas* no meio de uma atividade programada. Também, o estabelecimento de uma grade permanente com atividades continuadas, tanto mais voltadas para o lazer como relacionadas com os temas do mês, com os núcleos da programação ou com alguma linguagem artística específica, estas com o foco na fidelização e na ocupação constante do espaço.

Possibilitar que os frequentadores realizem suas próprias criações artísticas, gravem suas músicas, apresentem suas peças ou que apenas convivam em um espaço com atividades de lazer, ainda mais em um ambiente voltado para juventudes, talvez seja mais um dos caminhos possíveis. Trata-se da garantia do direito de uso do espaço, seja para criar, fruir ou para o entretenimento e convivência, em que os frequentadores dos equipamentos culturais são entendidos não somente como um público consumidor passivo e receptivo, mas produtor, agente e criativo.

Diante do desconhecimento do CCJ por muitas pessoas ou da dificuldade de que muitas delas cheguem até o espaço, propõe-se realizar parcerias, dialogar com outras instituições como escolas e pontos de cultura, promover atividades em diferentes locais da região, com a preocupação de expandir os limites físicos da sua atuação. A oportunidade nessas ocasiões é a de convidar as pessoas e promover o equipamento divulgando sua programação, projetos, serviços e espaços oferecidos.

Por fim, vale pontuar a importância da sistematização e das pesquisas de público para validar percepções e orientar estratégias. Uma vez que o foco aqui é a gestão do equipamento, não se sabe se essas ações repercutem positivamente ou não em termos de aumento de público, fidelização, interesse pelas atividades. Por essa razão, cabe reconhecer que seria interessante

entender a percepção dos jovens e frequentadores do CCJ quanto a essas ações, propostas institucionalmente ou não pelo equipamento, para compreender as particularidades e as questões plurais e complexas que envolvem a prática de atividades culturais. A carência em termos financeiros e, conseqüentemente, de equipe, no entanto, tornam difíceis os processos de registro e acompanhamento de público e cadastro de informações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOTELHO, I; VASCONCELOS-OLIVEIRA, M.C. (Org.). Centros culturais e a formação de novos públicos. In: *Percepções: cinco questões sobre políticas culturais*. São Paulo: Itaú Cultural, 2010. p. 11-20.
- BOTELHO, I. Os públicos da cultura: desafios para as políticas culturais. In: *Revista Observatório Itaú Cultural: OIC.*, SP, n. 12, mai./ago. 2011.
- COELHO, T. Direito Cultural no século XXI: expectativa e complexidade. In: *Revista Observatório Itaú Cultural: OIC.*, SP, n. 11, jan./abr. 2011.
- COULANGEON, P. *Sociologia das práticas culturais*. São Paulo: Edições Sesc, 2014.
- LAAKSONEN, A. O direito de ter acesso à cultura e dela participar como características fundamentais dos direitos culturais. In: *Revista Observatório Itaú Cultural: OIC.*, SP, n. 11, jan./abr. 2011.
- PEDROSA, M. E. C. *Centro Cultural da Juventude: uma experiência diferenciada*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Escola de Comunicações e Artes: Universidade de São Paulo, 2009.
- ZOLBERG, V.L. In: LAMONT, M.; Fornier, Mancel (Org.). Barreira ou nivelador? O caso do museu de arte. In: *Cultivando Diferenças: fronteiras simbólicas e a formação da desigualdade*. São Paulo: Edições Sesc, 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DIGITAIS

- Centro Cultural da Juventude: Dica de leitura. Disponível em: <<http://ccjuve.cc/http://ccjuve.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: mar. 2016.
- Cultura em SP: Dica de leitura. Disponível em: <http://www.jleiva.com.br/pesquisa_sp/http://www.jleiva.com.br/pesquisa_sp/>. Acesso em: set. 2015.
- Rede Nossa São Paulo. Observatório Cidadão. Disponível em: <<http://www.redesocialdecidades.org.br/br/SP/sao-paulo>>. Acesso em abr. 2016.
- VELASCO, C; REIS, T. *Sé e Pinheiros concentram mais da metade dos pontos culturais de SP*. O Globo. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/07/se-e-pinheiros-concentram-mais-da-metade-dos-pontos-culturais-de-sp.html>>. Acesso em mar. 2016.